

## A Pedra e a Alavanca: organizações anarquistas e o sindicalismo no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)

RAFAEL VIANA DA SILVA\*

**Resumo:** Este artigo pretende analisar a presença das organizações políticas anarquistas no período conhecido historiograficamente como redemocratização e a posição sindical dos anarquistas de Rio de Janeiro e São Paulo. A partir do debate sobre o papel do sindicalismo revolucionário, os anarquistas traçariam estratégias de intervenção em realidades sindicais específicas com o objetivo de retomarem a influência outrora perdida. A partir do diálogo com a historiografia deste tema e fundamentado em diversas fontes (atas, jornais e imagens) do período pretende-se nesse artigo, relativizar a tese que dissocia a estratégia sindicalista revolucionária do anarquismo e apresentar o trabalho realizado pelos seus militantes em determinados sindicatos.

**Palavras-chave:** anarquismo, sindicalismo revolucionário, redemocratização.

**Abstract:** This article intends to analyze the presence of anarchist political organizations in the period known historiographically as redemocratization and the syndical opinion of the anarchists of Rio de Janeiro and São Paulo. From the debate on the role of revolutionary syndicalism, the anarchists would draw up intervention strategies in specific trade union realities in order to regain the once lost influence. From the dialogue with the historiography of this topic and based on several sources (minutes, newspapers and images) of the period it is intended in this article, to relativize the thesis that dissociates the revolutionary syndicalist strategy of anarchism and to present the work carried out by its militants in certain trade unions.

**Key words:** anarchism; revolutionary syndicalism; redemocratization.



\* **RAFAEL VIANA DA SILVA** é doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

O anarquismo é um velho conhecido na área da História, em específico com os avanços obtidos no âmbito da História Social. Contudo, o *interregno* do anarquismo no período conhecido como redemocratização (1946-1964) continuou quase que completamente desconhecido. Como toda regra possui geralmente uma exceção, foi o militante anarquista Edgar Rodrigues que abordou pela primeira vez esse período em seus livros. Esse quadro vem sendo de maneira recente modificado.

A conjuntura adversa inaugurada com a redemocratização em 1945 impunha, segundo a leitura dos anarquistas, uma articulação mais orgânica. Os anarquistas assim como outras correntes políticas, aproveitam este frágil e instável ambiente democrático e se reorganizam: fundam grupos ideológicos e elaboram jornais, tentando participar da vida política do país. O primeiro jornal anarquista a sair depois do Estado Novo foi *Remodelações*, coordenado pelo anarquista cearense Moacir Caminha e a anarquista Maria Iêda. Tinha duas folhas frente e verso, e circulou semanalmente, até seu desaparecimento em julho de 1947 e um breve retorno em 1958, provavelmente, pela escassez de recursos para mantê-lo já que com o aparecimento de *Ação Direta* em 1946, era mais fácil aos anarquistas do Rio de Janeiro, concentrar seus esforços em organizar apenas um periódico.

A noção de que a formação de uma organização nacional viabilizaria o desenvolvimento de suas ações políticas era compartilhada por militantes de diferentes cidades e fazia parte de uma reflexão das décadas anteriores. Para estes, a articulação internacional do anarquismo, concretizada num congresso a ser brevemente realizado, incentivava-os a darem o empuxo

suficiente ao anarquismo em território nacional (SILVA, 2012, p. 25). Diversos agrupamentos específicos anarquistas serão fundados no contexto da redemocratização. A fundação da União da Juventude Libertária Brasileira em 27 de julho de 1946 (RODRIGUES, 1992, p. 81), a criação da Juventude Spartacus do Rio de Janeiro em 03 de abril de 1947,<sup>1</sup> da Juventude Anarquista do Rio de Janeiro e da União Anarquista do Rio de Janeiro e da União Anarquista de São Paulo, em 1948 foram resultantes desse processo.

A realização do congresso anarquista num sítio (“Nossa Chácara”), basicamente composto por militantes do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, ocorreu nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 1948 e foi responsável por decisões importantes para a estratégia política anarquista para os próximos períodos. O temário foi constituído a partir das seguintes discussões: Bases do Anarquismo, Método de Ação, Critério de Militância, Participação na Vida Pública, Relações com outros elementos, Colaboracionismo, A Revolução Russa, A Ditadura do Proletariado. As seguintes organizações integraram o evento: União Anarquista do Rio de Janeiro, União Anarquista de São Paulo, Juventude Anarquista do Rio de Janeiro, Editorial Germinal do Rio de Janeiro, Grupo Anarquista Esperantista do Rio de Janeiro, Grupo Archote de Niterói, Agrupação Imprensa e Propaganda de São Paulo e *A Plebe* de São Paulo.

Além de debates que reafirmariam as bases ideológicas do anarquismo e a posição em relação a determinados

<sup>1</sup> JUVENTUDE SPARTACUS DO RIO DE JANEIRO. Juventude Spartacus do Rio de Janeiro: Princípios e Finalidades. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 01 de Maio de 1947, nº 34, p. 04.

temas já descritos, a percepção, era a de que os anarquistas precisavam organizar-se de maneira mais eficiente para intervir adequadamente como força política. O evento marca a constituição de uma cultura política em direção a um projeto de amadurecimento da organização interna do anarquismo. Tendo como objetivo fundar uma organização nacional, os anarquistas também defenderiam a possibilidade de futuramente constituírem uma federação internacional. Em relação às suas práticas políticas os anarquistas deliberaram por prosseguir no trabalho dentro dos sindicatos, retomando elementos mais gerais do sindicalismo revolucionário. As dificuldades financeiras dos jornais *A Plebe*, fundado em 1947 e *Ação Direta*, fundado em 1946, assim como a articulação entre as duas publicações foram debatidas e definidas. Independente dos problemas, o congresso possibilitou a melhor articulação dos militantes anarquistas em suas organizações. Sua linha política determinou ainda que com grandes dificuldades conjunturais, um caminho a seguir e permitiu que os militantes tivessem uma orientação com contornos mais delineados. Tal horizonte dependia em grande medida da capacidade interna das organizações anarquistas em sobreviverem à realidade e conseguirem enraizar suas propostas políticas.

Os anarquistas voltariam a se reunir em congressos, em 1953, 1959 e 1963. Se por um lado, cada encontro está inserido em temporalidades conjunturais específicas, há, entretanto, uma preocupação permanente em tentar consolidar um campo político com propostas coerentes, fato que se insere na proposta do anarquismo possuir uma organização política própria. Sobre as estratégias militantes, a opção pela atuação sindical fora uma constante, sendo apoiada, ou nos anos finais deste

período, deslocada pelas contingências conjunturais, para ações culturais que aglutinassem trabalhadores.

Há também de se destacar outra questão que é a frequência de realização desses encontros, algo muito distinto do contexto anterior do anarquismo no Rio de Janeiro e São Paulo. Foram 4 encontros nacionais realizados nesse período, sem contar a participação dos militantes em 1 encontro americano, 1 internacional e em 2 congressos sul-americanos. Essa continuidade pode ser compreendida como uma tentativa de superar a experiência anarquista na Primeira República, onde a atuação anarquista focou-se excessivamente no meio sindical.

#### **Sindicalismo, sindicalismo revolucionário e anarquismo**

Uma discussão central para os anarquistas, não apenas no Congresso de 1948 – que consagrou um conjunto de intenções políticas para sua efetivação – mas também na sua imprensa militante, era a questão do sindicalismo e a defesa do sindicalismo revolucionário. A complexa relação entre anarquistas e o sindicalismo, ainda hoje, orienta e é alvo de debates na historiografia sobre o anarquismo e o movimento operário. Antes mesmo da realização do congresso anarquista de 1948, os militantes, por sua imprensa específica, desenvolviam reflexões sobre as causas do refluxo do anarquismo no período anterior. Esta reflexão não está isolada de organizações e militantes de diversos países contribui para definir posições acerca deste tema.

Em nossa pesquisa, observamos extensos artigos que tratam da questão sindical pelos anarquistas, em quase toda sua totalidade, o sindicato e o sindicalismo são compreendidos como

“o melhor sistema de defesa das classes trabalhadoras, porque torna possível uma organização ampla e um planejamento racional dos seus meios de ação”<sup>2</sup>. As ponderações dos militantes do Rio de Janeiro afinavam-se com os de São Paulo, ao considerar que era preciso “um trabalho intenso de orientação do povo e, principalmente, do proletariado”<sup>3</sup>. Em resumo, não há em nenhum momento, a *negação* do sindicalismo como forma de luta. Ao contrário do que sustentam os que defendem a suposta dissociação entre sindicalismo revolucionário do anarquismo, não há nenhum argumento dos militantes anarquistas contrários ao sindicalismo revolucionário. Independente dos termos usados, que variam na imprensa anarquista do período (sindicalismo libertário, sindicalismo revolucionário, sindicalismo livre ou de resistência, etc.) – já que o que nos interessa é saber seu “conteúdo” – ressalta-se a importância dos sindicatos e do sindicalismo para os anarquistas durante todo este período, que vai fundamentalmente de 1945 a 1964. Apesar dos termos variarem, o uso do termo sindicalismo revolucionário é predominante.

Eles não somente irão valorizar o sindicato como espaço de luta, como também irão defender uma determinada proposta sindical do período que não tem intenção de transformar o sindicato num sindicato “anarquista” (anarco-sindicalismo), mas numa instância ampla, onde os anarquistas agiriam como propulsores, uma “minoría ativa”. E além da defesa do sindicalismo pelos anarquistas, como espaço fundamental

para a atuação dos *libertários*, outros elementos estratégicos do sindicalismo revolucionário protagonizado pelas entidades de classe do período anterior também eram incorporados. Além de não negarem a atuação sindical, definiam princípios e estratégias específicas que eram ancoradas na tradição do sindicalismo revolucionário.

Devido a sua importância, durante o congresso anarquista de 1948 a discussão sobre a organização operária ganhou um temário próprio. O delegado da União Anarquista do Rio de Janeiro posiciona-se em nome da UARJ defendendo “a necessidade de os militantes anarquistas ingressarem nos sindicatos de suas respectivas profissões, procurando intervir na vida orgânica dos mesmos, formando grupos de defesa ou resistência sindical”<sup>4</sup>.

Por outras palavras, podemos afirmar recorrendo a diversos documentos desse período que os anarquistas brasileiros neste período, não rejeitavam as conquistas imediatas como obstáculos a “emancipação do domínio do capitalismo”<sup>5</sup>. Isso contraria toda uma tradição de pesquisa anterior, que afirma que o anarquismo brasileiro negaria a luta pelas reformas. Isso pode ser verossímil apenas para pequenos círculos anti-organizacionistas de São Paulo durante a Primeira República, mas não para o anarquismo brasileiro de 1945 a 1964.

A questão fundamental não era que os anarquistas caracterizassem as conquistas imediatas como “reformistas”; o que imprimia um limite ao sindicalismo na visão dos anarquistas era a de que estas conquistas “desviassem a completa emancipação

<sup>2</sup> SILVA, P. Ferreira da. A Força Sindical. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 10/10/1946, nº 22, p. 01.

<sup>3</sup> Pela Organização dos anarquistas. **A Plebe**, São Paulo, 15/06/1947, nº 02, p. 03.

<sup>4</sup> Cf. 3) Ata da Terceira Sessão In RODRIGUES, 1992, p. 164.

<sup>5</sup> As Reivindicações do Proletariado. **A Plebe**, São Paulo, 02/07/1947, nº 02, p. 04.

do homem pelo homem”, ou seja, que constituíssem um fim em si mesmo e não fossem alcançadas pelo método da ação direta. Tal assertiva contribui para se contrapor a afirmação da historiadora Edilene Toledo que afirma que as “organizações inspiradas no sindicalismo revolucionário procuravam obter vantagens a curto prazo, no quadro do sistema existente (o que era contestado por muitos anarquistas).” (TOLEDO, 2002, p. 36). Em nossa análise chegamos a conclusões completamente distintas. Os anarquistas apoiavam as vantagens de curto prazo, estimulando (no campo do discurso e em menor grau na ação), que estas fossem alcançadas mediante métodos da ação direta.

Mesmo quando divergiam sobre o papel dos sindicatos, os anarquistas nesse período não pensavam em abandonar o sindicalismo e as premissas do sindicalismo revolucionário, mas visavam *problematizar* o que considerava como os *limites* do sindicalismo, do que propriamente negar a sua importância. O que parecia em questão era que os militantes anarquistas não poderiam se levar pelo “excesso de sindicalismo” que os acometera nas décadas passadas, e que conduziu o anarquismo, segundo sua percepção, a um esvaziamento ideológico. Segundo Perdígão Gutiérrez o “sindicalismo revolucionário tem finalidades revolucionárias, enquanto for empurrado pelos anarquistas, mas, mesmo com essa finalidade, os anarquistas deveriam atuar de fora para dentro, como ideólogos”<sup>6</sup>

Ao apontar os limites do sindicalismo, Perdígão não nega, todavia, a sua *importância* e ao ressaltar as diferenças

entre sindicalismo e anarquismo, o militante não os vê como elementos ou “ideologias” concorrentes. Neste sentido, nos parece coerente afirmar – debatendo e nos posicionando em relação à historiografia sobre o tema – que os anarquistas do período, mesmo os mais “céticos” das possibilidades do sindicalismo entendiam o sindicalismo revolucionário não como uma ideologia distinta (concorrente) do anarquismo, mas como uma estratégia mais ampla e que sem a participação dos anarquistas não teria em suas ponderações, o sucesso esperado. Mesmo os militantes mais cautelosos com o enfoque excessivo dado a ação sindical (como Perdígão) não negavam a importância da atuação anarquista nos sindicatos e tampouco, ignoravam o projeto *finalista* de transformação radical da sociedade. Neste sentido o jornal *Ação Direta* cria uma coluna específica para o sindicalismo revolucionário, chamada “*Por um sindicato revolucionário*”. Nesta coluna durante muitos números, os anarquistas defenderão basicamente as premissas do sindicalismo revolucionário. Coluna que ocupará um espaço relevante dentro da imprensa anarquista. A novidade em relação ao período anterior das primeiras décadas do século XX era de que como vimos, os anarquistas achariam fundamental, formar e articular organizações específicas que pudessem potencializar a ação ideológica. Há uma imagem que “resume” a defesa do sindicalismo revolucionário pelos anarquistas e que avaliamos ser a síntese do que estamos defendendo.

<sup>6</sup> João Perdígão Gutiérrez in *Os Anarquistas e a Organização Operária*, apud RODRIGUES, 1992, p. 223.



A Plebe, São Paulo, 15/12/1947, nº 11

A imagem adaptada pelos anarquistas paulistas, fundamenta um pouco mais a nossa assertiva, sobre o que exatamente esses militantes entendiam como função do sindicalismo, do anarquismo e do sindicalismo revolucionário. Um grupo de operários segura uma alavanca (um instrumento de trabalho). A alavanca (representando a estratégia sindicalista revolucionária) é o meio que potencializa mediante a coordenação e união de forças a possibilidade de derrubar o pilar do capitalismo. Neste sentido, o sindicalismo revolucionário é visto apenas como um “instrumento” para atingir determinado fim. A alavanca utiliza como apoio a pedra da

anarquia, que se não é responsável direta pela transformação da sociedade, (simbolizada pela derrubada do pilar), multiplica a força social de seus agentes, colocando-os no ângulo correto de ação. Os agentes da transformação não são apenas os anarquistas, mas os trabalhadores, chamados pelos militantes anarquistas de *proletariado*. Guardadas as analogias aqui feitas, tal imagem casa perfeitamente com as palavras pronunciadas pelo anarquista P. Ferreira da Silva em *Ação Direta*, artigo que fora publicado apenas um mês depois desta figura ter sido colocada no jornal *A Plebe*.

Necessário se torna contudo considerar que a alavanca, o ponto de apoio e o obstáculo devem ser independentes entre si, para que a força da primeira, multiplicada pelo segundo, possa fazer se sentir no terceiro. Por outras palavras, o ponto de apoio tem de ser inteiramente estranho à pedra que se quer remover porque, se estiver prêso a ela, nada se conseguirá. [...] A outra alavanca de que dispõe o proletariado são os seus próprios **sindicatos** dos quais o ponto de apoio tem de ser a ação direta, um meio independente, como independentes devem ser essas associações de trabalhadores livres. Lutando dentro dos sindicatos, todos poderão atingir os males que é preciso destruir e fazê-lo sem o risco de perder energias, como quem puxa com as mãos um cabo que os seus próprios pés estão retendo.<sup>7</sup>

E dessa forma, conclui que a melhora das condições de vida do trabalhador, longe de afastarem este do anarquismo podem servir para dar a “consciência do que vale e arredar do caminho muitas pedras que o impedem de caminhar”.<sup>8</sup> Essa posição do anarquista P. Ferreira da Silva, que à propósito é uma posição generalizada dentro do anarquismo neste período evidencia que os anarquistas não rejeitavam as reformas e que não era necessário que seus grupos sindicais aglutinassem apenas anarquistas. Resta saber em que medida os anarquistas foram bem-sucedidos em aplicar seu método sindicalista revolucionário.

### Práticas sindicais anarquistas (1948-1964)

Os anarquistas possuíam suas próprias análises sobre os dilemas sindicais brasileiros. Se por um lado faziam duras críticas a estrutura corporativista e ao que chamavam de sindicalismo *pelego*, jamais deixaram de valorizar as lutas sindicais de base, acreditando assim, num possível despertar do *sindicalismo revolucionário*. Mesmo nas fontes que tivemos acesso, as atividades sindicais – ao contrário dos vários posicionamentos sobre os sindicatos e o sindicalismo – são noticiadas com timidez e em termos numéricos são bem reduzidas. Neste sentido avaliamos com base no método indiciário de Carlo Ginzburg (1989, pp. 177-178), que é possível mesmo assim, à despeito da exiguidade desses vestígios reconstituir determinada atuação de nossos agentes. Lembremos que o anarquismo foi vigiado pela polícia neste período e a descrição parecia uma conduta razoável.

No jornal *Ação Direta*, os anarquistas brasileiros reclamam que é “sintomática a ausência de noticiário sindical nos periódicos anarquistas. Será que os anarquistas, nas Américas e na Europa, nenhuma atuação tenham nos sindicatos?”.<sup>9</sup> Ressaltam que estes devem organizar sindicatos livres.<sup>10</sup> Já o militante Manuel Vinhas insiste que devem “se lançar à obra de esclarecimento no seio dos trabalhadores”.<sup>11</sup> Reforçando nosso argumento com seleções específicas desses textos, se o sindicato fora abandonado como uma questão dos anarquistas, porque seus periódicos

<sup>7</sup> SILVA, P. Ferreira da. Um Ponto de Apoio. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 15/01/1947, nº 29, p. 01.

<sup>8</sup> *Idem*.

<sup>9</sup> Movimento Sindical Exterior. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 25/05/1946, nº 06, p. 03.

<sup>10</sup> Fala Mákho’. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 16/05/1946, nº 05, p. 02.

<sup>11</sup> VINHAS, Antonio Manuel. Mais Firmesa! *A Plebe*, São Paulo, 03/09/1948, nº 18 p. 03.

investiriam tantas energias para tratar de suas questões durante os anos dessas mobilizações? Tais trechos – ressalte-se – são apenas parte de um universo textual maior, cuja densidade nos permite chegar a conclusões mais robustas. Não foram poucas as mobilizações sindicais deste período que desmontam a imagem de uma classe trabalhadora passiva e subordinada (FORTES, 1999). Podemos dividir o período sindical adotando os marcos propostos por Mattos (2003, p. 78), que aponta quatro conjunturas distintas: a primeira é a fase da retomada das lutas no processo de redemocratização (1945-1946); a segunda, de repressão aberta, nos anos finais do governo Dutra (1947-1950); a terceira, a fase da retomada das direções sindicais por setores mais combativos e de ressurgimento das greves (no segundo governo Vargas e nos primeiros anos do governo JK) e a quarta, uma conjuntura de grandes mobilizações do início dos anos de 1960.

Na primeira fase, que coincide – não por acaso – com o aparecimento dos primeiros jornais anarquistas no Rio de Janeiro já há sinais claros da “retomada efetiva das atividades sindicais na conjuntura do declínio do Estado Novo” (MATTOS, 2009, p. 79). Nesse contexto será a greve dos bancários que terá maior repercussão no conjunto da sociedade e mobiliza outras entidades de classe em sua solidariedade. Já os anarquistas, reafirmando a importância da greve, sublinhavam com destaque no topo da página do jornal de *Remodelações* que “os bancários compreenderam a situação de inferioridade do proletário na luta contra a burguesia, sempre favorecida pelo Estado”. Opinando sobre a importância da greve, afirmam que esta

“é um gesto de rebeldia contra a exploração do trabalho”.<sup>12</sup>

Sob essa efervescência sindical temos alguns indícios que confirmam a atuação dos anarquistas em direção a formação de grupos de oposição sindical ainda no ano de 1946 com vistas a tentar influenciar – ainda que minimamente – as bases sindicais. A primeira iniciativa relativamente bem organizada fora noticiada no jornal *Ação Direta*, os libertários falam sobre a formação em São Paulo de “uma *União Proletária Sindicalista*” – de vida efêmera – que visava “reunir o proletariado em agremiações livres, de resistência, cuja base é a ação direta”.<sup>13</sup> No Rio de Janeiro o principal foco de atuação fora a categoria dos trabalhadores da Light. Mas apenas em 1951, ano em que Vargas assume a presidência da república – após um esforço planejado dos anarquistas neste espaço, que provavelmente tomou alguns anos – os anarquistas noticiam sua atuação na referida categoria. Nesta, os anarquistas formaram com outros trabalhadores um *Grupo de Orientação Sindical dos Trabalhadores da Light* que editaria um jornal específico para as questões sindicais da categoria, o jornal *UNIR*. Este jornal segundo seus militantes “vêm difundindo naquela empresa de transportes, os princípios do sindicalismo revolucionário e de ação direta em frente aos demagogos de partidos políticos e do Ministério do Trabalho.”<sup>14</sup>

Os militantes conseguiram constituir um grupo dentro dessa categoria, mas posteriormente as relações azedaram

<sup>12</sup> A greve dos bancários é justa. *Remodelações*, Rio de Janeiro, 26/01/1946, nº 13 p. 04.

<sup>13</sup> Um Manifesto em Campinas. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 16/05/1946, nº 05 p. 03.

<sup>14</sup> UNIR. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, Março e Abril de 1951, nº 72 p. 02.

pelo uso de um mimeógrafo (RODRIGUES, 1993, p. 81). Estiveram também envolvidos em atividades sindicais no Rio de Janeiro, o anarquista e professor Serafim Porto, assíduo participante das assembleias do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro.<sup>15</sup> Serafim Porto, em entrevista ao jornal *Diário de Notícias* denunciava que era “humilhante para a classe estarem os professôres com tanta contemporização.” Serafim participava da comissão de professores que acompanhou o julgamento do dissídio coletivo da categoria e do grupo de professores que condenava entre outras questões, “a cobrança excessiva da matrícula”, reivindicações estas, encaminhadas ao ministro da educação.<sup>16</sup>

Em São Paulo podemos destacar algumas iniciativas. Lembremos que há despeito da crise do sindicalismo revolucionário, mantém-se certa continuidade nas atividades sindicais desempenhadas pelos anarquistas neste estado, ainda que em vários casos, dispersas por várias categorias. Chama atenção a mobilização do anarquista Edgar Leuenroth nas tentativas de organização e atividades operárias junto aos jornalistas. (KHOURY, 1998). Edgar integrou diversos congressos jornalistas. No V Congresso participou da redação da Carta dos Jornalistas, que trazia além de reivindicações específicas, propostas éticas para regulamentar a atuação profissional. Foi indicado à presidência da Comissão de História da Imprensa, constituída neste

encontro e também participou do VII Congresso de Jornalistas, pela delegação de São Paulo.<sup>17</sup> Coube a ele também a publicação de um trabalho histórico sobre a organização dos jornalistas no Brasil e mantinha trânsito com os gráficos.<sup>18</sup>

Porém, a mais organizada tentativa de trabalho sindical se concretizara na categoria dos gráficos. Entre 1947 e 1951, fase do governo Dutra marcada pela repressão ao movimento sindical, o Sindicato dos Trabalhadores Gráficos ficou sob intervenção (THIAGO, 2011, p. 59) de uma junta governativa, eleita numa assembleia realizada em maio de 1952.<sup>19</sup> Esses anos evidenciaram disputas entre os intervencionistas e seus opositores e certo esvaziamento da participação direta dos sindicalizados nos espaços de deliberação, fruto, de uma crise de legitimidade do sindicato dentro da categoria.<sup>20</sup> Lembremos que de 1947 a 1952 a linha do PCB foi a de constituir organizações paralelas fora da estrutura sindical oficial. Mas mesmo sob a esta linha, a militância sindical de base ligada ao partido frequentemente ignorou sob indisciplina partidária suas diretrizes (COSTA, 1995). Isso garantiu ao PCB, manter quase intactas, suas raízes sindicais. Nesse período de intervenção ministerialista (1947 a 1952) os anarquistas inicialmente defenderão a linha sindical do congresso de 1948. Esta linha apontava para a formação de *Grupos de Resistência Sindical* ou *Grupos*

<sup>15</sup> Cf. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16/05/1950. Segunda Sessão, Quarta página; Expedicto Quintas. Professor -- Vida de Sacrificios e Sem Compensações.

<sup>16</sup> Manifestam-se os professôres contra a cobrança de jóia, pelos colégios. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 10/08/1951. Segunda Sessão, Segunda Página.

<sup>17</sup> Anais do VII Congresso Nacional de Jornalistas. Rio de Janeiro, 1957, p. 24. **Acervo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica.**

<sup>18</sup> **O Trabalhador Gráfico**, São Paulo, Agosto de 1950, nº 186, p. 01. Movimento Sindical.

<sup>19</sup> Ata da Assembléa extraordinária realizada em 25 de maio de 1952 para eleição de uma Junta Governativa. Livro # 78. **Acervo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica.**

<sup>20</sup> Idem.

*Sindicais de Ação Direta* com o objetivo de “intervir na vida orgânica dos sindicatos”.<sup>21</sup> Entretanto, as dificuldades eram variadas. Em algumas cidades, como Campinas, os anarquistas avaliavam não ser possível interferir diretamente nos sindicatos.<sup>22</sup> Em outras, como Curitiba, a aplicação desta linha motivava-os a ser possível sua maior difusão.<sup>23</sup>

Ao longo desse período, os anarquistas iam paulatinamente se confrontando com a força da intervenção ministerialista e depois de variadas tentativas eram golpeados por dificuldades. Cabe ressaltar que a despeito de seu pequeno grau de influência nas entidades sindicais, os anarquistas jamais abandonaram o universo dos trabalhadores e suas questões de classe e esperavam até onde possível, uma conjuntura mais favorável para aplicarem sua política sindical. Faltava-lhes o que o PCB e o PTB tinham de sobra, um peso sindical e político massivo. A dispersão dos anarquistas em diferentes categorias, num contexto de certo modo, hostil às suas propostas, não lhes dava a exposição suficiente para irradiar e recriar sua proposta de maneira unitária.

Com o fim da intervenção ministerialista, os anarquistas trabalharão mais ativamente para tentar retomar uma iniciativa dentro dos sindicatos. Tal empuxo, iria, pelas iniciativas na categoria da Light e dos Gráficos, convergir para uma

“tendência”<sup>24</sup> sindical mais ampla, chamada *Movimento de Orientação Sindical* (MOS). O MOS contou além dos anarquistas, com a participação de socialistas independentes, sindicalistas e “militantes de várias categorias profissionais”.<sup>25</sup> Cabe dizer que independente dos matizes ideológicos no interior do MOS, o que parecia condensar a unidade deste, era justamente a posição sobre as questões sindicais e não um corte ideológico estrito. O ano de constituição do MOS (1953) é emblemático e ficou marcado do ponto de vista sindical pela chamada “greve dos 300 mil em São Paulo” e “pela organização dos trabalhadores nos locais de trabalho” e que representou “um marco na retomada das mobilizações operárias após o descenso iniciado no governo Dutra” (MATTOS, 2009, p.87). O MOS propugnava como principal objetivo “lutar pela completa autonomia e liberdade dos sindicatos de Trabalhadores”. O MOS também deseja “combater o partidarismo político no seio dos sindicatos, isto é, combater aqueles que tendo conseguido alguma influência no meio sindical, pretende fazer com que o sindicato sirva aos seus objetivos político-partidários”.<sup>26</sup> Segundo seus militantes, o Movimento de Orientação Sindical “é o resultado necessário da luta que vem travando o proletariado na situação peculiar do Brasil”.<sup>27</sup>

<sup>21</sup> Ata do Congresso Anarquista de 1948 apud RODRIGUES, 1992, p. 157.

<sup>22</sup> É o caso de Campinas onde os anarquistas afirmam não ter “penetração nos sindicatos” e por isto, “procuram levar propaganda revolucionária entre os ferroviários”. *Idem*.

<sup>23</sup> Relatavam a atuação de dez elementos anarquistas nos sindicatos. *Ibid.*, p. 160.

<sup>24</sup> Usamos o termo tendência no sentido de uma fração/corrente sindical própria.

<sup>25</sup> Segundo manifesto do MOS apreendido pela polícia em novembro de 1953. Boletim Reservado nº 217. 24/11/1953. Rio de Janeiro. Prontuário DFSP-RJ notação 30072, setor 1.3.2.7.1.9, Dossiês, folha 02.

<sup>26</sup> **Folha Socialista**, São Paulo, 05/06/1953. Ano 4, nº 01.

<sup>27</sup> O manifesto foi reproduzido na íntegra em *Ação Direta*. Movimento de Orientação Sindical: um promissor movimento operário sindical contra os políticos e os pelegos. **Ação**

A greve de 1953, como bem aponta o historiador Hélio da Costa pode ser entendida como um marco de “renovação do movimento sindical com o aparecimento de novos militantes, que foram atraídos para os sindicatos” (COSTA In FORTES, 1999, p. 113). De fato, mesmo tendo em vista que existia uma intenção política como pano de fundo para a criação do MOS, este se forma sob uma conjuntura propícia ao aparecimento de grupos sindicais de oposição e misturava-se a experiência da classe naquele contexto que empurrava os sindicatos a posições mais combativas. Segundo, a greve dos 300 mil em 1953, expôs no interior das mobilizações “a permanência viva no seu cotidiano de toda uma memória de lutas e uma tradição de resistência que tornavam os locais de trabalho o centro gerador e impulsor do movimento do início ao fim”. (Ibid., p. 112). Esta memória era trabalhada não apenas pelo MOS, mas pelos periódicos anarquistas em sua imprensa específica, tentando articular a ação daquele momento num quadro de significados anterior, ligado a militância sindicalista revolucionária no início do século. Em alguns momentos, matérias dos jornais anarquistas eram transcritas ao informativo do MOS e vice-versa, o que atesta, que a separação demasiado rígida realizada por determinados pesquisadores entre sindicalismo revolucionário e anarquismo por vezes desrespeita os significados atribuídos pelas fontes.

O terceiro aspecto que merece atenção diz respeito às condições de sucesso do MOS nesse caminho de oposição. Sendo assim, a oposição do MOS à esquerda do PCB tinha de lidar com a tensão permanente de constituir-se como uma oposição sindical que não

podia dispor do grande prestígio capitaneado pela militância *pecebista* nas lutas dentro dos sindicatos ministerialistas. O giro da política do PCB de certo modo, prejudicou o sucesso da política dos setores de oposição à sua esquerda, incluindo nesse campo ampliado, os anarquistas. O resultado é que práticas sindicais – com as quais os anarquistas sentiam-se “confortáveis” do ponto de vista estratégico – eram capitaneadas por outras forças políticas de esquerda.

Em São Paulo a atuação do MOS na categoria gráfica daria vida ao jornal *Ação Sindical*, organizado pela *Ação Sindical dos Gráficos*, que em seu primeiro número, no ano de 1958, estamparia sem sectarismos matérias escritas pelos socialistas do PSB, anarquistas e sindicalistas independentes. O jornal *Ação Sindical* seria constituído segundo o esforço “de um grupo de trabalhadores de todos os ramos, que teve como pioneiros um punhado de gráficos”.<sup>28</sup> Este grupo atuaria interferindo no *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo* (STIG). Mesmo avaliando que os sindicatos, “associações de defesa dos interesses dos trabalhadores” não gozavam de liberdade dentro da estrutura sindical seus militantes avisam que “Nossa crítica será construtiva e de unidade, pois não achamos recomendável a criação de novos sindicatos, uma vez que os que existem podem e devem livrar-se de tôdas as tutelas e dos maus elementos que os Infestam”.<sup>29</sup> Ou seja, de que mesmo analisando a ligação do sindicato a uma estrutura corporativista, a experiência da classe e suas mobilizações de base

**Direta**, Rio de Janeiro, Janeiro e Fevereiro de 1954, nº 91, p. 04. Movimento Sindical.

<sup>28</sup> Nossa Campanha. *Ação Sindical*, São Paulo, Março de 1958, nº 01, p. 01.

<sup>29</sup> *Idem*.

foram decisivas para convencê-los que esta poderia ser tensionada.

Os anarquistas, portanto, não viam o sindicalismo apenas como simples expressão institucional dos sindicatos, mas uma prática mais ampla, de classe, que seria conformada também pela atuação das bases e pelos locais de trabalho. De maneira geral, os anarquistas avaliavam em seus periódicos que os sindicatos estavam num quadro de completa subordinação ao corporativismo, aos partidos e aos ministerialistas. No entanto, apesar disso, a experiência sindical de parte da classe trabalhadora no período, os fez acreditar nas possibilidades de superar as limitações dessa estrutura e permitir um retorno da “liberdade sindical”. Na categoria dos gráficos, onde os anarquistas possuíam inserção, os trabalhadores não ficaram passivos diante as múltiplas questões que afetavam a categoria nos diferentes estados. Uma destas era a regulamentação de leis das diferentes categorias profissionais. Neste período, os gráficos “buscavam não só compreender as leis, mas interferir no processo de interpretação e aplicação das mesmas” (THIAGO, 2011, p. 90). O grupo *Ação Sindical dos Gráficos* (e os anarquistas, por conseguinte) não condenavam em princípio a regulação de determinadas leis em benefício da categoria, negando a tese de que o anarquismo por negar a ação política estatal recusa quaisquer debates que envolvam essa esfera.

Tais disputas sindicais, no caso dos gráficos se traduziram na formação de uma chapa de oposição no interior do sindicato. Os trabalhadores aglutinados na *Ação Sindical dos Gráficos* lançam uma chapa de oposição nas eleições da diretoria e no segundo número de seu jornal, seu programa, prosseguiram se

articulando durante todo o ano de 1958 diante a “necessidade de renovar o ambiente no seu Sindicato”.<sup>30</sup> A atuação sindical dos anarquistas dependia também de renovação e para sua efetivação, uma coordenação política mais eficiente que teve grandes dificuldades em se “reproduzir”. Um caminho elencado pelos libertários, foi o de reforçar as trincheiras de outros espaços que ainda contavam como referência e que tinham nas ações culturais, seu grande combustível. Independente disto pode-se afirmar que o anarquismo do período continuou com perspectivas sindicais muito bem definidas e interferiu de acordo com sua força nos debates vigentes. Contrariando a falsa percepção que o anarquismo nesse período desvinculara-se totalmente do mundo do trabalho ou que foi completamente absorvido pela estrutura sindical, a prospecção nessas duas categorias revela uma prática frequente de inserção das ideias e estratégias ácratas no universo sindical brasileiro, seja interferindo no interior de determinados sindicatos, seja na aproximação da base de determinadas categorias. Não se pode dizer que os militantes anarquistas não tenham encontrado limites e esses limites foram questionados abertamente sempre que possível. Apesar dos próprios anarquistas afirmarem que “faltavam anarquistas operários” a ligação entre o anarquismo e o universo sindical teimosamente resistia em não ser esquecida, mas a partir de 1959 com muitas dificuldades. Em trocas de correspondência realizadas depois do Encontro anarquista de 1963 se ressentiam de não debater adequadamente o sindicalismo à luz da conjuntura, que tendo a Revolução Cubana como polo irradiador da

<sup>30</sup> Ação Sindical dos Gráficos. *Ação Sindical*, São Paulo, Maio de 1958, Ano 1, nº 03, p. 02.

esquerda, mudava totalmente seus significados políticos. Somente então é que os libertários passariam a restringir sua atuação a determinados espaços e estratégias culturais.

### Referências

CASTELLAN, Gláucia Rodrigues. Artesãos da Subversão. Os Trabalhadores Gráficos e o Deops: repressão e resistência durante a Era Vargas (1930-1945). 2010. 150f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 130.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Editora Página aberta, 1995.

FORTES, Alexandre et al (Orgs). *Na Luta por Direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KHOURY, Yara. Edgard Leuenroth: uma voz libertária. Imprensa, memória e militância anarcosindicalista. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 1988.

MATTOS, Marcelo Badaró et al. *Greves e Repressão Policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

RODRIGUES, Edgar. *A Nova Aurora Libertária (1945-1948)*. Rio de Janeiro, Editora Achiamé, 1992.

\_\_\_\_\_. *Entre Ditaduras (1948-1962)*. Rio de Janeiro, Editora Achiamé, 1993.

SILVA, Rafael Viana da. *Elementos Inflamáveis: Organizações e Militância Anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*: Seropédica, RJ. 2014. 174p

Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

THIAGO, Cristiane Muniz. *Ofício militante: trabalhadores gráficos da cidade do Rio de Janeiro (1960-1980)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2011.

TOLEDO, Edilene Teresinha. Tese (Doutorado em História). *O sindicalismo revolucionário em São Paulo e na Itália: circulação de ideias e experiências na militância sindical transnacional entre 1890 e o fascismo*. - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2012.

### Jornais consultados

*Ação Direta*, Rio de Janeiro. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.

*A Plebe*, São Paulo. Centro de Documentação e Informação Científica

*Ação Sindical*, São Paulo. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro

*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional.

*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional

*Estado de São Paulo*, São Paulo. Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional.

*Folha Socialista*, São Paulo. Centro de Documentação e Memória da UNESP.

*O Gráfico Livre*, São Paulo. Centro de Documentação e Memória da UNESP.

*O Trabalhador Gráfico*, São Paulo. Arquivo Edgar Leuenroth.

*Remodações*, Rio de Janeiro. Arquivo Edgar Leuenroth.